



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

Práticas de Finanças Sustentáveis: Um Estudo dos Dois Maiores Bancos Públicos Brasileiros

LETICIA DA SILVA INÁCIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

le.inacio@yahoo.com.br

IVETE DELAI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

ivete@dep.ufscar.br

Práticas de Finanças Sustentáveis: Um Estudo dos Dois Maiores Bancos Públicos Brasileiros

Resumo

As empresas, como atores chave da sociedade, têm sido pressionadas a mudar a sua forma de fazer negócios, integrando e considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais da sustentabilidade em suas rotinas, para reduzir seus impactos negativos nestes aspectos. Nesta nova realidade, o setor financeiro apresenta um papel crítico de indutor das ações, principalmente, de seus clientes. Pode estimular boas práticas sociais e ambientais por meio do uso critérios de avaliação que considerem aspectos relacionados à sustentabilidade, tanto nos seus processos de concessão de financiamentos e linhas de crédito, quanto na criação de linhas específicas para financiamentos de produtos verdes ou tecnologias limpas, ou ainda via promoção de ações de conscientização e treinamento. Apesar dessa relevância, as práticas de sustentabilidade no contexto bancário brasileiro ainda são um assunto pouco estudado pela literatura. Neste contexto, este artigo objetiva identificar as práticas de finanças sustentáveis dos dois maiores bancos públicos brasileiros. Com isso, contribui para a construção de um panorama geral da integração da sustentabilidade no setor, assim como para a identificação das eventuais diferentes abordagens empregadas pelos bancos estudados. Como resultado, verifica-se a existência de diversas práticas de sustentabilidade em graus distintos de ação, com foco maior na questão social.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável; Setor Bancário; Práticas de Sustentabilidade; Sustentabilidade Corporativa; Finanças Sustentáveis.

Abstract

Companies, as key actors in society, have been pressured to change their way of doing business, integrating and considering the economic, social and environmental aspects of sustainability in their routines, in order to reduce their negative impacts on such aspects. In this new reality, the financial sector has a critical role in inducing actions, mainly the ones of its customers. It can encourage good social and environmental practices through: the use of evaluation criteria that consider aspects related to sustainability in their processes of granting loans and credit lines; in the creation of specific lines for financing green products or clean technologies; or via employees' awareness and training campaigns. Despite this relevance, sustainability practices in the Brazilian banking context are still a subject little studied in the literature. In this context, this paper aims to identify sustainable finance practices of the two largest Brazilian banks. Thus, it contributes to building an overview of the integration of sustainability in this industry, as well as the different approaches employed by the studied banks. As a result, there are many sustainability practices in different degrees of action, with greater focus on social issues.

Keywords: Sustainable Development; Banking Sector; Sustainability Practices; Corporate Sustainability; Finance Sustainable.

1. Introdução

O desenvolvimento sustentável tem se tornado um tema recorrente na sociedade atual. Ao longo dos últimos anos, várias mudanças vêm ocorrendo na sociedade e transformando valores culturais, econômicos e sociais. O aumento da capacidade produtiva do ser humano e do uso dos recursos naturais intensificou os problemas ambientais (DIAS, 2011).

Assim, movimentos ecológicos ganharam maior repercussão e surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse novo conceito, definido em 1987 pelo Relatório de Brundtland, é entendido como um tipo de desenvolvimento “que atende às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer às suas” (WCED 1987, p.8).

Apesar de ter sido cunhado no final da década de 80, foi nesta última década que a pressão para que as empresas, como forças-chave da sociedade, mudem sua forma de fazer negócio integrando e contribuindo para o desenvolvimento sustentável tem se intensificado (DELAI; TAKAHASHI, 2013). Assim, a preocupação se estendeu para o ambiente empresarial, dando origem à sustentabilidade corporativa e à responsabilidade socioambiental (RAO; HOLT, 2005).

Nesta nova realidade, o setor financeiro, apesar de apresentar baixo impacto ambiental, apresenta um papel crítico como indutor das ações de seus stakeholders, sobretudo clientes (VASCONCELOS, 2011). Por exemplo, um banco pode negar o financiamento a uma empresa cujas práticas causem danos ao meio ambiente (BRITO; GONZALEZ, 2007).

O estudo das questões de sustentabilidade neste setor é conhecido como finanças sustentáveis. Essa expressão sintetiza a junção de duas ideias: o papel dos bancos no desenvolvimento sustentável e a preocupação da sociedade com a escassez de recursos naturais e com os impactos sociais (BRITO; GONZALEZ, 2007).

Apesar da relevância e da popularização do tema no setor, o entendimento e estudo das práticas dos bancos brasileiros ainda é pouco estudado (COMINI et.al., 2011; LINS; WAJNBERG, 2007; VASCONCELOS, 2011). Um dos poucos trabalhos com foco no entendimento das práticas de sustentabilidade do setor bancário brasileiro foi realizado por Lins e Wajnberg (2007), que demonstrou que as instituições financeiras brasileiras possuem em seu portfólio muitas das práticas de finanças sustentáveis presentes no mercado mundial, embora com grande discrepância entre elas. Enquanto algumas estão em nível avançado, outras ainda estão no estágio inicial (LINS; WAJNBERG, 2007). Outro exemplo é o estudo realizado por Comini et.al. (2011) que, ao avaliar grupos de pesquisa registrados no CNPq e na plataforma Lattes e os artigos publicados em congressos como ENANPAD, concluíram que apenas 5% do universo do estudo tinham como foco finanças sustentáveis.

Neste contexto, este artigo objetiva identificar as práticas de finanças sustentáveis divulgadas pelos dois maiores bancos públicos brasileiros, suas semelhanças e diferenças. Para tanto, serão identificadas as práticas divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade de 2014 dos bancos brasileiros Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, ambos classificados como maiores em termos de seu ativo total e do tipo público nacional.

O artigo está estruturado como segue: inicialmente apresenta-se o referencial teórico que embasou a pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados e em seguida, nas seções 4 e 5, respectivamente, os resultados alcançados e as considerações finais.

2. Revisão Bibliográfica

2.1. Contexto e conceito de desenvolvimento sustentável

Os últimos 300 anos foram marcados por diversos acontecimentos que transformaram a sociedade e o ambiente em que ela vive. Descobertas em vários campos da ciência contribuíram para o aumento da capacidade produtiva e do controle humano sobre elementos naturais, principalmente após a Revolução Industrial. Esse aumento levou à intensificação do

uso de recursos naturais e, conseqüentemente, ao agravamento dos problemas ambientais (DIAS, 2011). Isso contribuiu para o surgimento de novos pensamentos e ideias defensoras do meio ambiente.

Em 1962, Rachel Carson divulgou o livro *Silent Spring*, que evidenciava os perigos do DDT, o que acarretou forte oposição dos agricultores. O livro deu início às grandes discussões ambientais e teve enorme repercussão pública. Mais tarde, em 1972, o relatório “Limites do crescimento”, utilizando fórmulas matemáticas e computadores para prever o futuro ecológico do planeta, alertou sobre a escassez dos recursos naturais, níveis perigosos de contaminação e a redução da população em 100 anos. (DIAS, 2011).

O relatório “Nosso futuro comum” ou Relatório de Brundtland apresentou pela primeira vez, em 1987, uma definição para o conceito de desenvolvimento sustentável (DELAI, 2006). Segundo ele, “desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987) ou ainda “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer às suas” (WCED 1987, p.8).

Esse conceito possui três dimensões: ambiental, social e econômica. A primeira preocupa-se com o bem estar do ecossistema; a segunda, com a equidade e a qualidade de vida; e a terceira lida com a geração de valor de curto e longo prazo e com o relacionamento empresa - acionistas e investidores (DIAS, 2011; DELAI; TAKAHASHI, 2013). Além disso, existem três princípios básicos para o conceito de sustentabilidade: depender de mais energias renováveis; proteger a biodiversidade, evitando a degradação das espécies, ecossistemas e dos processos naturais da Terra; e ajudar a manter os ciclos químicos naturais da Terra, reduzindo a produção de resíduos, poluição, descarte de produtos químicos tóxicos e remoção de produtos naturais (MILLER; SPOOLMAN, 2013).

O Relatório Brundtland ainda defende que “o desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia, mas um processo de mudança no qual a utilização de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são feitos de forma consistente com as necessidades presentes e futuras” (WCED 1987).

2.2 Contexto e conceito de sustentabilidade corporativa

No contexto atual, no qual há uma rapidez nas informações, maior concorrência e comunicação instantânea, muda-se o panorama da competitividade empresarial. Os novos valores sociais, culturais e o estilo de vida levaram a uma valorização de comportamentos ecologicamente corretos, busca por qualidade de vida no trabalho, postura ética e diversidade da força de trabalho (ALIGLERI; KRUGLIANSKAS; 2009). A preocupação com a sustentabilidade se estendeu para o ambiente empresarial, dando origem à sustentabilidade corporativa e à responsabilidade socioambiental (RAO; HOLT, 2005). No final da década de 80, as empresas passaram a ser pressionadas para mudarem sua forma de fazer negócio e contribuir para o desenvolvimento sustentável, já que são consideradas forças-chave da sociedade (DELAI; TAKAHASHI, 2013).

Nesse novo ambiente de negócio, as funções sociais e políticas da empresa vão além da maximização do lucro e cumprimento da legislação (ALBUQUERQUE; VELLANI; LIZARELLI; 2012). Obedecer às leis e produzir lucros não é suficiente para o sucesso de uma empresa (ALIGLERI; KRUGLIANSKAS; 2009), é necessário que ela considere e integre as questões de sustentabilidade em sua maneira de fazer negócios para ser bem sucedida e obter diferenciação (DELAI; TAKAHASHI, 2011). Ademais às ações relacionadas à sustentabilidade, a transparência destas ações tem se tornado elemento igualmente importante

para o sucesso empresarial. De acordo com o *Global Reporting Initiative* (2010, p.10) “a urgência e a magnitude dos riscos e ameaças à sustentabilidade juntamente com as crescentes oportunidades farão da transparência sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais um aspecto do sucesso empresarial”.

A repercussão da questão ambiental e o crescimento de sua importância ocorrem a partir do momento que a empresa percebe que isso pode ser uma oportunidade de redução de custos. E se reconhece a necessidade das empresas de assumir mais responsabilidade social, econômica e ambiental ao definir seus papéis e ações. (ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009).

O equilíbrio dinâmico das dimensões econômicas, sociais e ambientais é fundamental para o desenvolvimento sustentável, formando o tripé da sustentabilidade ou os 3Ps (People, Planet and Profit) (ELKINGTON, 1999). Assim, do ponto de vista econômico, a empresa tem que ser economicamente viável, seu papel na sociedade deve ser cumprido levando em consideração o aspecto da rentabilidade. Já na visão social, a empresa deve oferecer as melhores condições possíveis de trabalho aos seus empregados. E em termos ambientais, a organização deve pautar-se pela ecoeficiência dos seus processos produtivos, adotar a produção mais limpa e uma postura de responsabilidade ambiental (DIAS, 2011).

2.3 Contexto e conceito de finanças sustentáveis

O setor financeiro, apesar de apresentar baixo impacto ambiental, possui um papel crítico como indutor das ações de seus stakeholders, sobretudo clientes (VASCONCELOS, 2011). Segundo BRITO e GONZALEZ (2007, p.42), “ao investir ou financiar o setor produtivo, o mercado financeiro tornou-se corresponsável moral pelos impactos que passou a gerar - por exemplo, pelas externalidades negativas de suas operações para a sociedade”.

Dessa maneira, ao oferecer inovações que estimulem todos os envolvidos a desenvolverem boas práticas socioambientais, o setor financeiro se torna um personagem fundamental na busca pelo desenvolvimento sustentável. A expressão finanças sustentáveis se refere à utilização das variáveis associadas à sustentabilidade no processo de tomada de decisão do mercado financeiro (BRITO; GONZALEZ, 2007).

Nesse sentido, vários compromissos voluntários e ações setoriais foram desenvolvidos em nível global e local (Brasil) visando à conscientização, integração e tradução das questões da sustentabilidade para o setor. Exemplos em nível global são os Princípios do Equador e os Princípios para Investimentos Responsáveis. No primeiro caso, as instituições signatárias assumem o compromisso de exigir boas práticas socioambientais no financiamento de projetos com custo superior a U\$\$ 10 milhões (THE EQUADOR PRINCIPLES, 2006). Enquanto no segundo, seguem um conjunto de medidas para incorporar as questões ambientais, sociais e de governança corporativa nos investimentos de longo prazo (OECD, 2007).

Apesar da importância do tema para o setor e dos desenvolvimentos globais, o entendimento e a integração das questões de sustentabilidade no setor bancário no Brasil ainda é algo recente (COMINI et.al., 2011; LINS; WAJNBERG, 2007; VASCONCELOS, 2011). Fato este demonstrado pela primeira adesão das instituições bancárias brasileiras aos Princípios do Equador, que ocorreu em 2004 pelos bancos Unibanco, Bradesco e Itaú (BRITO; GONZALEZ, 2007). Já em 2013, essa adesão cresceu para 20 instituições (28% do total brasileiro) (DIAS; DE OLIVEIRA, 2011).

Outro marco da discussão das questões de sustentabilidade no setor bancário brasileiro foi o lançamento, em 2009, do Protocolo Verde entre a FEBRABAN (Federação dos Bancos Brasileiros) e o Ministério do Meio Ambiente para estimular os bancos a adotarem práticas sustentáveis envolvendo todos os seus stakeholders (VASCONCELOS, 2011). Por meio deste protocolo, a FEBRABAN e os bancos privados “juntam esforços no sentido de empreender políticas socioambientais que sejam precursoras, multiplicadoras e que estejam em harmonia

com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável” (FEBRABAN, 2009). Os bancos signatários se comprometem a seguir os cinco princípios do protocolo: oferecer linhas de financiamentos socioambientais; considerar os impactos socioambientais em seus negócios; promover uso consciente de recursos naturais; difundir as políticas de sustentabilidade da instituição; e promover a cooperação entre as organizações signatárias (FEBRABAN, 2009).

3. Metodologia

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório. Tal abordagem demonstra-se adequada dado que as práticas de sustentabilidade no setor bancário brasileiro têm sido pouco abordadas pela literatura qualificada e a novidade do tema finanças sustentáveis no contexto brasileiro e internacional. Em situações em que o tema é pouco conhecido, a abordagem exploratória é a mais adequada (GIL, 2002).

Foi realizada uma leitura de algumas literaturas para compreender os tipos de práticas de sustentabilidade possíveis de serem identificados (modelo teórico – Figura 1), assim como do conceito de finanças sustentáveis. As práticas foram classificadas em duas grandes temáticas: práticas relacionadas à gestão e práticas relacionadas às finanças sustentáveis. Para o primeiro grupo, utilizou-se o modelo apresentado por Delai (2006) e Delai; Takahashi (2013). Este foi escolhido por ser mais abrangente que outros modelos conhecidos já que foi elaborado a partir da análise da complementaridade de outras oito iniciativas internacionais de mensuração da sustentabilidade corporativa. Está estruturado nas três dimensões da sustentabilidade (social, ambiental e econômica) desdobradas em temas (assuntos prioritários de cada dimensão) e sub-temas (matérias prioritárias em cada tema). Já para as práticas de finanças sustentáveis, o modelo de Lins; Wajnberg (2007) foi utilizado por ter sido o estudo mais amplo identificado na literatura brasileira sobre o assunto. Enquanto o primeiro grupo de práticas trata da integração da sustentabilidade nos processos organizacionais, o segundo trata da integração e mudança nos produtos e serviços oferecidos pela instituição bancária. Assim, as categorias de práticas que foram identificadas nos bancos estudados são as apresentadas na Figura 1.

Temáticas relacionadas às Finanças Sustentáveis	Dimensão	Tema	Conceito
Práticas Relacionadas às Finanças Sustentáveis	Microcrédito		Concessão de financiamentos para classes de baixa renda e linhas tradicionais de crédito dos bancos
	Crédito Responsável		Práticas das atividades de empréstimo e financiamento para melhorar a situação financeira do cliente
	Mercado de Carbono		Créditos de carbono comercializados no âmbito do Proclima
	Seguros Ambientais		Cobertura de gastos gerados por atividades poluidoras e um compensatório no evento de um acidente ambiental
	Fundos Socialmente Responsáveis		Carteiras de ações compostas somente por títulos de empresas com as melhores práticas de governança e sustentabilidade
	Financiamentos Socioambientais		Linhas de financiamento com características específicas para o socioambiental
	Avaliação de riscos socioambientais em Financiamentos		Diminuição do risco de crédito e da inadimplência, o que também assegura que o valor das garantias não se altere
Práticas Relacionadas à gestão	Social	Práticas trabalhistas e trabalho decente	Envolve a contribuição da empresa para a melhoria da justiça social, geração de emprego, desenvolvimento de direitos humanos. Apresenta como sub-temas: Desenvolvimento, Diversidade e Oportunidade, Saúde e Empregos, Atração e Retenção de talentos e Direitos Humanos
		Relacionamento com clientes	Aborda a relação empresa-consumidor. Apresenta como sub-temas: consumidor, Saúde e Segurança do consumidor, Proteção de dados e Respeita à privacidade.
		Cidadania corporativa	Relacionada com a responsabilidade social, ou seja, atuação comercial respeitando os valores éticos, as pessoas e as comunidades. Apresenta como sub-temas: Ações Sociais, Códigos de conduta, corrupção e suborno, Competitividade e sociedade.
		Fornecedores / parceiros	Trata do relacionamento com os integrantes da cadeia de valor como sub-temas: Seleção, avaliação e desenvolvimento

		Setor Público	Trata do relacionamento da empresa com um stakeholder em termos de redução de riscos e impactos na reputação e de recebimento de auxílios. Apresenta como sub-tema: Recebimento de auxílios.
	Ambiental	Ar	Relacionado aos impactos atmosféricos das empresas em termos de mudanças climáticas e camada de ozônio. Apresenta como sub-temas: Emissões - camada de ozônio, Acidificação e efeito cancerígeno e Poluição Atmosférica Fotoquímica.
		Água	Relacionado ao controle da quantidade e da qualidade da água. Apresenta como sub-temas: Consumo e Poluição.
		Energia	Envolve a produção e o desenvolvimento econômico, social e ambiental, renovável. Apresenta como sub-temas: Consumo e Fontes Alternativas.
		Materiais	Relacionado à redução dos recursos naturais e ao uso de materiais perigosos. Apresenta como sub-temas: Consumo de materiais perigosos.
		Terra	Relacionada com a manutenção e a conservação dos recursos naturais, depósitos minerais, da água e das comunidades de base. Apresenta como sub-temas: Uso; Geração de resíduos.
		Biodiversidade	Variedade entre as espécies e variação genética dentro das comunidades de espécies, habitats e ecossistemas. Apresenta como sub-temas: Ecossistemas; Áreas protegidas; Espécies.
	Econômica	Relação com investidores	Trata do relacionamento da empresa com seus investidores e sua governança corporativa. Apresenta como sub-temas: Governança Corporativa; Dividendos.
		Investimentos	Visa a ampliação, substituição e renovação de ativos e a maximização da lucratividade de longo prazo. Apresenta sub-temas: Investimento em pesquisa e desenvolvimento.
		Lucro e valor	Trata dos resultados financeiros da empresa que são afetados por sua sustentabilidade de curto e longo prazo.
		Gerenciamento de crises	Avalia o risco, um dos aspectos fundamentais da sustentabilidade.
		Lavagem de dinheiro	Trata das políticas adotadas em relação à lavagem de dinheiro.

Figura1. Temáticas relacionadas às Finanças sustentáveis, dimensões, temas e sub-temas do modelo das práticas.

Fonte: Delai; Takahashi (2011) e Lins; Wajenberg (2007).

Foi realizada a escolha dos dois maiores bancos públicos nacionais utilizando-se a classificação de maior ativo total em dezembro de 2015 (<https://www.3bcb.gov.br/informes/relatorios>), conforme é apresentado na figura 2.

Banco	Ativo Total (R\$)	Tipo
Banco do Brasil	1.438.964.956	Público Nacional
Caixa Econômica Federal	1.203.756.044	Público Nacional

Figura 2. Ativos totais dos dois maiores bancos públicos brasileiros

Fonte: Banco Central do Brasil (2016)

Para a coleta de dados foram utilizados os relatórios de sustentabilidade mais recentes disponíveis nos websites dos bancos, no caso, os relatórios de 2014 para ambos os bancos. Foi feita a classificação ou codificação dos textos de cada banco de acordo com as categorias de análise apresentadas acima.

Para a identificação dos perfis e posterior comparação, foi realizada a leitura de cada relatório, feito um recorte das práticas identificadas e organizada uma coletânea geral com as práticas em um arquivo do programa Microsoft Excel. Posteriormente, os dados coletados e inseridos na planilha geral são sumarizados em planilhas resumo comparativas que apresentam uma descrição resumida de cada prática em cada dimensão, tema e subtema. Após essa etapa, é feita a consolidação e a análise dos dados, comparando-se as práticas semelhantes e diferentes para cada banco, assim como a identificação do perfil geral de ambos os bancos.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

Nesta seção são apresentadas as práticas identificadas em duas partes: Práticas Relacionadas às Finanças Sustentáveis e Práticas Relacionadas à Gestão, sendo que esta é subdividida em Práticas da Dimensão Social, Práticas da Dimensão Ambiental e Práticas da Dimensão Econômica. A fim de evitar repetições, serão adotadas as siglas BB e CEF para se referirem ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, respectivamente.

4.1. Práticas de sustentabilidade

4.1.1. Práticas Relacionadas às Finanças Sustentáveis

A temática das práticas relacionadas às finanças sustentáveis englobam práticas relacionadas a novos produtos e às atividades fins do negócio. (LINS, WAJNBERG, 2007). As práticas da temática práticas relacionadas às finanças sustentáveis são apresentadas de acordo com suas principais dimensões: microcrédito, crédito responsável, mercado de carbono, seguros ambientais, fundos socialmente responsáveis, financiamento socioambientais e avaliação de riscos socioambientais em financiamentos.

Em relação ao *microcrédito*, ambas as instituições possuem concessão de financiamentos para classes de baixa renda que não têm acesso às linhas tradicionais de crédito dos bancos. O BB especifica uma maior quantidade de microcréditos existentes como, por exemplo, BB Microcrédito Desenvolvimento Regional Sustentável, BB Microcrédito Empreendedor PF, BB Giro Rápido, entre outras linhas, e a CEF nomeia apenas o Microcrédito Produtivo Orientado.

Quanto ao *crédito responsável*, ou seja, práticas das atividades de empréstimo e financiamento que atuam de forma a melhorar a situação financeira do cliente, o BB e a CEF contam com programas de Educação Financeira.

O *mercado de carbono*, créditos de carbono comercializados no âmbito do Protocolo de Kyoto, está presente em ambos os bancos. O BB possui opções de compra e venda no mercado de carbono e a CEF linhas de crédito para o financiamento de empreendimentos de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), os aterros sanitários.

Já em relação aos *seguros ambientais*, ambos oferecem uma cobertura de gastos gerados por atividades poluidoras que teriam um papel compensatório no evento de um acidente ambiental.

Os dois bancos possuem *fundos socialmente responsáveis*, contam com carteiras de ações compostas somente por títulos de empresas geridas de acordo com as melhores práticas de governança e sustentabilidade corporativa. Vale ressaltar que o BB especifica mais seus fundos de caráter socialmente responsáveis, além de possuir estratégias e ações para alavancar as vendas de produtos com atributo socioambiental que repassam recursos para a Fundação Banco do Brasil (FBB), como exemplo desses produtos podem ser citados os títulos de capitalização Ourocap MultiChance (PM 48M) ou Ourocap Estilo Flex (PP 93E) que beneficiam projetos de viés socioambiental. Já a CEF conta com o Fundo Socioambiental CAIXA (FSA CAIXA) que apoia diversos projetos e iniciativas sustentáveis.

Financiamentos socioambientais são realizados pelas duas instituições. Ambas possuem linhas de financiamento com características específicas para projetos de natureza socioambiental, algumas linhas semelhantes ou idênticas, já que tanto o BB quanto a CEF prestam serviços ao Governo Federal. O BB pretende acelerar o investimento e o financiamento para a economia verde, para tanto, recebeu visitas de executivos da PNUMA e da Febraban para identificarem iniciativas e oportunidades que contribuam para esse objetivo.

A *avaliação de riscos socioambientais em financiamentos* diminui o risco de crédito e a inadimplência de sua carreira de clientes, também assegura que o valor das garantias não se altere consideravelmente. Essa prática está presente em ambas as instituições financeiras, de modo relativamente semelhante.

4.1.2. Práticas Relacionadas à gestão

A temática de práticas relacionadas à gestão é composta por três dimensões: social, ambiental e econômica.

- Práticas da Dimensão Social

As práticas relacionadas à dimensão social dizem respeito às pessoas e à qualidade de vida, englobando questões como fome, educação, acesso aos recursos e proteção da cultura local (DELAI; TAKAHASHI, 2006). As práticas dessa dimensão são apresentadas de acordo com seus principais temas: práticas trabalhistas e trabalho decente, relacionamento com clientes, cidadania corporativa, fornecedores e parceiros e setor público.

As *práticas trabalhistas e trabalho decente* estão relacionadas à contribuição da empresa para a melhoria de aspectos como equidade, justiça social, geração de emprego, desenvolvimento e capacitação de pessoas e direitos humanos. Esse tema é bastante trabalhado por ambos os bancos, possuindo práticas em todos os sub-temas: educação, treinamento e desenvolvimento, diversidade e oportunidade, saúde e segurança, geração de empregos, atração e retenção de talentos e direitos humanos. Esse comportamento é esperado uma vez que a melhoria e manutenção do capital humano é um elemento-chave para o desenvolvimento e mudança de qualquer organização, tendo cada vez mais impacto no desempenho organizacional (DELAI; TAKAHASHI, 2013). As práticas de educação, treinamento e desenvolvimento são semelhantes, com programas relacionados à boa conduta, à sustentabilidade e ao desenvolvimento profissional individual e portal universidade em websites. O BB cita o recebimento de vários prêmios que reconhecem a qualidade de treinamentos e educação corporativa, além de possuir o programa Trilha Sustentabilidade já consolidado no portal UniBB. Já a CEF lançou um Centro de Estudos em Sustentabilidade, mas a plataforma ainda será desenvolvida.

As práticas de diversidade e oportunidade também podem ser consideradas semelhantes e com foco na equidade de gênero. Em relação à saúde e segurança, podem ser encontradas práticas parecidas, havendo, por exemplo, planos de assistência médica e odontológica, comissões internas de prevenção de acidentes, centro de monitoramento de segurança e campanhas para melhoria da qualidade de vida. Assim como as práticas de geração de emprego, tanto o BB quanto a CEF possuem linhas de financiamento que proporcionam a geração de trabalho e renda.

Quanto à atração e retenção de talentos, ambos apresentam programas de benefícios parecidos e planos de desenvolvimento individual. Práticas congruentes também são identificadas nas questões relativas aos direitos humanos, com políticas de defesa dos direitos humanos e canais de denúncia caso esses direitos sejam desrespeitados.

O tema *relacionamento com clientes* engloba os sub-temas: satisfação do consumidor, saúde e segurança do consumidor, produtos e rótulos, publicidade e respeito à privacidade. A satisfação do consumidor é relevante para ambos os bancos, que possuem semelhanças. BB conta com relatórios semestrais da Ouvidoria ao Centro Administrativo sobre denúncias, reclamações e sugestões de clientes, propondo ações corretivas. Além disso, deixa evidente que investe no treinamento de funcionários para melhor prepará-los para o atendimento ao público. Já a CEF se diferencia com extratos de conta corrente em Braile e cartões magnéticos impressos em Braile, em alto relevo ou com letras ampliadas; além de agência-barco e caminhões-agência.

Como instituições bancárias, ambas se preocupam com a saúde e segurança do consumidor e com o respeito à privacidade. É citado o uso da biometria no relatório de sustentabilidade de 2014 da CEF, o que não acontece no do BB. Produtos com viés socioambientais fazem parte dos dois bancos, com destaque para os vários tipos de cartões do BB que repassam porcentagem dos seus ganhos a fundações e projetos que beneficiam a sociedade ou o meio ambiente. A CEF participa do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar).

A *Cidadania corporativa* está relacionada com a responsabilidade social, ou seja, com o alcance do sucesso comercial respeitando os valores éticos, as pessoas, o meio ambiente e as comunidades. Ambos os bancos promovem ações sociais; entre essas, se pode citar o programa de inclusão e transformação social por meio da doação de computadores do BB e, quanto a CEF, a transferência de parte dos ganhos das loterias aos programas sociais do governo federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde. Por serem bancos públicos, ambos prestam diversos serviços ao Governo Federal. Outro ponto é a existência de códigos de conduta, corrupção e suborno e de vários canais de comunicação para ambos. Por fim, um aspecto negativo é a não menção de nenhum dos bancos analisados quanto as suas políticas de competição e de preço.

O relacionamento com *Fornecedores e parceiros* é pautado, em ambos os casos, pela seleção, avaliação e desenvolvimento de fornecedores e por contratos. O BB possui um plano de capacitação para trabalhadores terceirizados que prestam serviços diretamente nas dependências do banco a fim de promover o conhecimento em sustentabilidade, além de convidar os fornecedores para participarem da atualização da Agenda 21 BB e de eventos de sustentabilidade. Já a CEF promoveu uma caravana que passou por todas as regiões do país, apresentando a Política de Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores e seu plano de ações, a fim de viabilizar a troca de experiências com 250 fornecedores.

O *Setor público* trata do relacionamento da empresa com um stakeholder importante tanto em termos de redução de riscos e impactos na reputação da empresa, quanto em termos de recebimento de auxílios. Um ponto negativo é que nenhum dos bancos apresenta menções significativas de práticas dos sub-temas impostos e subsídios.

- Práticas da Dimensão Ambiental

As práticas da dimensão ambiental relacionam-se aos impactos da organização no meio ambiente (DELAÍ; TAKAHASHI, 2006). Os temas dessa dimensão são os seguintes: ar, água, energia, terra, materiais e biodiversidade.

O tema *Ar* está relacionado aos impactos atmosféricos das empresas na qualidade do ar, às mudanças climáticas e à camada de ozônio. Em relação às emissões de gases na atmosfera, ambos os bancos apresentam práticas, apesar de estarem em estados distintos de ação. BB apresenta maior quantidade de práticas, sendo essas também mais avançadas, como a ferramenta de gestão do consumo de combustíveis para cálculo de emissões de CO₂; a colaboração no Programa de Agricultura de Baixo Carbono; o uso de salas de áudio e videoconferência que reduz o volume de deslocamentos; a participação na Plataforma EPC (Empresas Pelo Clima) e na Câmara Temática de Mudanças do Clima (CTClima); o uso de parâmetros de locação de veículos para otimizar viagens e inibir o uso de automóveis em deslocamentos de curta distância; o Sistema de Compensação Digital por Imagem (CDI) para a digitalização de cheques e a neutralização de suas emissões em eventos. Enquanto que a CEF cita o alcance nas Nações Unidas da primeira emissão de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) através do maior aterro da América do Sul, a Central de Tratamento de Resíduos (CTR). Não há menções para os sub-temas de acidificação atmosférica, emissões com efeito cancerígeno e poluição atmosférica fotoquímica em ambos os relatórios de sustentabilidade.

Os bancos estudados também apresentam preocupação com o consumo de *Água*, apesar de estarem em estágios diferentes de ação. Enquanto a CEF apenas menciona a existência de diretrizes de eficiência hídrica em suas novas agências, o BB expõe e exemplifica mais práticas nesse sub-tema, como: o pacto com Conselho Mundial da Água; as campanhas para redução do consumo de água; a criação de um grupo de trabalho para aprimoramento dos indicadores de consumo de água; o uso racional de água no novo Centro Administrativo do BB; o Programa de Uso Racional da Água (Purágua). Já em relação às práticas de prevenção da poluição da água, o BB aponta mais práticas como: o BB Multimercado Global Acqua LP Private FI, que investe parte do seu patrimônio em empresas brasileiras e globais que incluem o tratamento ou beneficiamento da água em seu processo produtivo; a colaboração no Programa Água Brasil e produtos que transferem porcentagem da taxa de administração para iniciativas desse programa que visa à recuperação de áreas degradadas em bacias hidrográficas e à conservação de microbacias hidrográficas. Enquanto que a CEF apenas cita o sistema de tratamento de efluentes líquidos nas agências-barco.

A *Energia* está relacionada à produção e ao desenvolvimento econômico, podendo ser renovável ou não renovável, e possui os sub-temas: consumo e fontes. Os bancos apresentam práticas semelhantes para o consumo de energia, como campanhas internas para o uso racional de energia, desligamentos organizados de iluminação nas agências, ferramentas para o acompanhamento do consumo e uso de lâmpadas LED. Na categoria de fonte de energia, os dois bancos apresentam práticas, mas estas não são semelhantes. No caso do BB, o banco possui linhas de crédito (Pronaf Eco) voltadas aos agricultores elegíveis do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que desejem implantar, utilizar, recuperar ou adotar tecnologias de energia renovável. Já no caso da CEF, foi implantado um sistema fotovoltaico em uma de suas agências, em Vazante (MG), criando um balanço energético positivo mediante geração por fonte sustentável e zero carbono.

O BB menciona mais práticas relacionadas ao tema *Materiais*, que envolve a redução dos recursos naturais e a deterioração do ambiente. O banco possui práticas tanto para o consumo de materiais, quanto para o consumo de materiais perigosos. Para o primeiro faz uso do relatório de sustentabilidade apenas em formato eletrônico; redução de documentos exigidos para contratação do produto; criação de grupo de trabalho para aprimoramento de indicadores de consumo de papel; mobile payment; exigência para que os itens confeccionados com

plásticos sejam de material biodegradável, reciclável e atóxico. Enquanto que para o segundo sub-tema, é mencionada a exigência da conformidade de equipamentos de TI adquiridos pelo banco com a Diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), que restringe o uso de determinadas substâncias tóxicas em equipamentos eletroeletrônicos; além da exigência de que novos terminais de autoatendimento substituam o poliuretano dos painéis frontais por ABS. A CEF quase não menciona esse tema, comparando-se com o BB, mas também possui iniciativas como o sistema de mobile payment.

O tema *Terra*, que envolve a manutenção e a conservação dos recursos naturais do solo, dos depósitos minerais, da água e das comunidades de animais e plantas, está presente em práticas de ambos os bancos. Algumas dessas são semelhantes, como a coleta seletiva, a coleta de lixo eletrônico e a adequação à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Porém há algumas práticas diferentes, por exemplo, a CEF menciona que é o único banco do país que oferece solução financeira para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O BB possui o Ourocard Origens Reciclado, que é um cartão produzido com plástico reciclado do BB e que transfere uma doação ao Instituto Terra a cada cartão solicitado; além da linha de crédito Pronaf Eco que é voltada para agricultores que desejam usar tecnologias de energia renovável, realizar pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, utilizar práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo; também é estimulada a produção orgânica e agroecológica; e por fim, a exigência de que os novos terminais de autoatendimento sejam modulares, permitindo a reposição parcial em caso de quebra ou alteração de componentes.

Já o tema *Biodiversidade*, está nos dois bancos, mas com ações com estágios diferentes. Enquanto a CEF faz parte do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde, o BB conta com mais práticas como a política de Arredondamento de Fatura, que realiza doações para o Instituto Terra para promover o reflorestamento de áreas desmatadas; a participação do Programa de Agricultura de Baixo Carbono, que também promove a produção da biomassa e de alimentos e a preservação do meio ambiente; a exigência de certificação de cadeia custódica da Cerflor ou da FSC, que atesta a procedência do material e o manejo sustentável, para todos os componentes de madeira adquiridos.

- Práticas da Dimensão Econômica

As práticas relacionadas à dimensão econômica estão relacionadas ao provimento dos meios necessários para um crescimento eficiente e estável (DELAI; TAKAHASHI, 2006). Os temas da dimensão econômica são: relação com investidores, investimentos, lucro e valor, gerenciamento de crises e lavagem de dinheiro.

O tema *Relação com investidores* trata do relacionamento da empresa com seus investidores, a transparência e a governança corporativa. Os bancos possuem práticas semelhantes como a adoção do Código de Ética, a participação e realização de encontros, conferências e eventos com os investidores e um site de Relações com Investidores.

Já o tema *Investimentos* é fundamental para a sustentabilidade de longo prazo da organização, já que visa a ampliação, substituição e renovação de ativos imobilizados para garantir a lucratividade de longo prazo. Em ambos os casos, há um grande foco em investimentos em Tecnologia da Informação (TI) e aplicativos de mobile payment.

Lucro e valor trata dos resultados financeiros da empresa que são fundamentais para a avaliação de sua sustentabilidade de curto e longo prazo. As empresas estão entre as de maior ativo total em dezembro de 2015 (<https://www.3bcb.gov.br/informes/relatorios>). A CEF possui como diferenciação a arrecadação das Loterias.

Enquanto que *Gerenciamento de crises* avalia o risco, um dos aspectos fundamentais da sustentabilidade de longo prazo. Há algumas práticas como realização de seminários ou treinamentos de segurança institucional, que envolvem temas como gestão de crises e

continuidade dos negócios, centros de monitoramento de segurança institucional e gestão da continuidade de negócios.

A *Lavagem de dinheiro* trata das políticas adotadas em relação à lavagem de dinheiro. Os dois bancos possuem códigos e políticas que repudiam práticas ilícitas, como a lavagem de dinheiro, e possuem treinamentos específicos de funcionários em relação ao Código de Ética.

5. Considerações Finais

Este artigo objetivou identificar e apresentar uma revisão exploratória das práticas de sustentabilidade dos dois maiores bancos públicos brasileiros, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. De um modo geral, pode-se concluir que há um escopo relativamente amplo, abrangendo as duas temáticas relacionadas às finanças sustentáveis. Na temática de Práticas Relacionadas às Finanças Sustentáveis, os bancos possuem práticas em todas as dimensões, mas é dado um foco maior para a dimensão Financiamentos Socioambientais. Outras dimensões como Microcrédito e Fundos Socialmente Responsáveis também estão em destaque nessa temática. O Banco do Brasil apresenta em seu relatório de sustentabilidade uma gama mais detalhada dos seus produtos de microcrédito e pretende acelerar o investimento e o financiamento para a economia verde.

A temática Práticas Relacionadas à Gestão também possui várias iniciativas abrangendo as três dimensões, apesar de se verificar que há uma atenção maior à dimensão social. Quanto a essa dimensão, há foco nos temas práticas trabalhistas e trabalho decente (educação, treinamento e desenvolvimento, saúde e segurança e atração e retenção de talentos), relacionamento com clientes (satisfação do consumidor e saúde e segurança do consumidor) e cidadania corporativa (ações sociais, códigos de conduta, corrupção e suborno e diálogo com a sociedade). A Caixa Econômica Federal se diferencia pela existência de extratos de conta corrente em Braile e cartões magnéticos impressos em Braile, em alto relevo ou com letras ampliadas; além de agência-barco para atender populações do norte do país. O Banco do Brasil convida seus fornecedores para participarem da atualização da Agenda 21 BB e de eventos de sustentabilidade. Já a Caixa Econômica Federal promoveu uma caravana, em 2014, que passou por todas as regiões do país, apresentando a Política de Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores e seu plano de ações.

As práticas ambientais também possuem várias práticas que se encaixam nessa dimensão, principalmente nos temas ar, água e energia. Destacam-se campanhas e ações para a redução do consumo de água e de energia e ações de tecnologia digital para reduzir as emissões atmosféricas. De modo geral, o Banco do Brasil apresenta mais ações ambientais que a Caixa Econômica Federal. Apesar disso, esta se diferencia pelo sistema fotovoltaico implantado em uma de suas agências, resultando em um balanço energético positivo mediante geração por fonte sustentável e zero carbono. Além disso, a Caixa Econômica Federal menciona que é o único banco do país que oferece soluções financeiras para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em relação à dimensão econômica, são mencionadas poucas práticas em ambos os bancos e o maior foco é dado ao tema relação com investidores.

Algumas limitações do estudo também podem ser apontadas. Os resultados do trabalho refletem a qualidade das informações disponibilizadas pelas empresas em seus relatórios e páginas institucionais, podendo apresentar vieses em relação às realidades organizacionais.

Dado o cunho exploratório desta pesquisa, seus resultados podem também embasar uma série de pesquisas futuras. Uma sugestão é ampliar este trabalho para a análise dos dez maiores bancos brasileiros, a fim de obter um panorama geral do setor. Outro trabalho poderia analisar as diferenças e semelhanças entre os maiores bancos públicos e privados.

Por fim, conclui-se que ambos os bancos possuem uma grande quantidade de práticas sustentáveis, abrangendo a maioria das dimensões e temas estudados, o que mostra que eles já

estão caminhando rumo à sustentabilidade. Entretanto, é necessário que continuem ampliando e investindo nessas práticas.

Referências

- ALBUQUERQUE, A.A.; VELLANI, C.L.; LIZARELLI, F.L. A Study about the Social Responsibility of the Brazilian Largest Private Banks. **International Conference on Industrial Engineering and Operations Management**. 2012.
- ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L.A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.
- Banco Central do Brasil. 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios>. Acesso em: 16/04/2016.
- COMINI, G.M et al. O Debate de Finanças Sustentáveis no Brasil 04/09. In: **XXXV EnANPAD 2011**, 2011, Rio de Janeiro. XXXV EnANPAD 2011, 2011.
- DELAI, I. **Uma proposta de modelo de mensuração da sustentabilidade corporativa**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP- USP. 2006.
- DELAI, I.; TAKAHASHI, S. Uma Proposta de Modelo de Referência para mensuração da Sustentabilidade Corporativa. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 2, n. 1, 2008.
- DELAI, I.; TAKAHASHI, S. Corporate sustainability in emerging markets: insights from the practices reported by the Brazilian retailers. **Journal of Cleaner Production**, v.47, p. 211 – 221, 2013.
- DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo; Atlas; 2011. 220 p.
- ELKINGTON, J. Tripple bottom line revolution: reporting for the third millennium. **Australian CPA**, v. 69, n. 11, p. 75–77, 1999.
- FEBRABAN – Protocolo de Intenções, 2009. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/protocoloverde/protocoloverde.asp> Acesso em: 10/08/2015.
- GIL, A. C. (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- GONZALEZ, L.; BRITO, R. Finanças Sustentáveis. **GV Executivo**. V.6, p41-46, 2007.
- LINS, C.; WAJNBERG, D. Sustentabilidade corporativa no setor financeiro brasileiro. **CEP**, v.22610, p.180, 2007.
- Organisation For Economic Co-operation and Development – The UN Principles For Responsible Investment And The OECD Guidelines For Multinational Enterprises: Complementarities And Distinctive Contributions, 2007. Disponível em: <http://www.oecd.org/investment/mne/38783873.pdf> Acesso em: 10/08/2015.
- PRINCIPLES, Equator. The Equator Principles. **Retrieved February**, v. 18, p. 2007, 2006.
- RAO, Purba; HOLT, Diane. Do green supply chains lead to competitiveness and economic performance? **International Journal of Operations & Production Management** , v. 25, n. 9, 2005.
- VASCONCELOS, M.S. O papel das instituições financeiras na transição para uma economia verde. **AMBIENTAL**, p.191-196, 2011.
- WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.